

INTERVENÇÃO EM PREEXISTÊNCIA: ESTUDO PARA CONSOLIDAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RUÍNA MUSSI (LAGUNA/SC)

Maria Luiza Nunes Caritá¹

Danielle Rocha Benício²

RESUMO: Este artigo trata de intervenção em preexistência, através do estudo para consolidação e valorização da Ruína Mussi, em Laguna-SC. A pesquisa justifica-se pela existência de uma ruína de interesse histórico, não protegida pela poligonal de tombamento, que precariamente subsiste à especulação imobiliária e ao rápido crescimento do bairro Mar Grosso, onde está localizada; e pelo seu avançado estado de degradação que submete a obra ao risco de desaparecimento definitivo e consequente perda patrimonial. A realização deste trabalho inclui os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica de fundamentação teórica e histórica sobre intervenções em preexistências, incluindo a definição de ruína; pesquisa histórica, levantamento e diagnóstico da Ruína Mussi.

Palavras-chave: patrimônio, preservação, intervenção, ruínas.

¹ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente atua como Arquiteta e Urbanista autônoma na região de Florianópolis.

² Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Área de Concentração em Conservação e Restauro – pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É doutoranda na Linha de Pesquisa Teoria e História das Artes Visuais junto ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV) do Centro de Artes (CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente atua como professora assistente da UDESC no Centro de Educação Superior da Região Sul (CERES), no Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Introdução

Objeto e Problema

Em 29 de Julho de 1676, Brito Peixoto fundou a cidade de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Terras de interesse econômico para Portugal, ponto geográfico estratégico por possuir porto natural de águas calmas e protegido dos ventos, cidade litorânea por onde passava a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas e último ponto âncora às tropas que avançavam ao sul do Brasil, ainda colônia Simon (2000, p. 47). A partir de Laguna irradiou-se a colonização das cidades litorâneas no sul do Brasil e garantia-se o domínio luso por estas terras.

Laguna, assim, constituiu a terceira cidade fundada no estado de Santa Catarina. Em 1985, como forma de reconhecimento da importância do seu sítio urbano, definiu-se a poligonal de tombamento no seu “Centro Histórico” pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Além das edificações abrangidas pela poligonal de tombamento, percebe-se a existência de outras edificações de valor histórico e arquitetônico fora da poligonal e sem qualquer tipo de proteção legal, como o conjunto das primeiras edificações do bairro Mar Grosso, algumas datadas do ano de 1880, quando este bairro começou a ser povoado com casas inicialmente de veraneio; como relata Lucena (1998, p. 10).

A falta de proteção dessas obras não abrangidas pela poligonal, fez com que a maioria das edificações fossem perdidas, em decorrência do crescimento urbano. Em 1970, Campos (2007 p. 43) relata que a abertura da BR-101, nesta mesma década, bem como a exploração turística do bairro Mar Grosso para veraneio, foram os motivos para o desenvolvimento e crescimento do bairro. Já Lucena (1998) defende que a definição da poligonal de tombamento, constitui um dos fatores que elevam a especulação imobiliária neste bairro e, por conseguinte, suas restrições legais, como, por exemplo, a proibição de construção de edifícios em altura no Centro, conforme previsto pelo Plano Diretor de 1978, onde apenas se permitem construções de até 8 andares.

Apesar do crescimento, ainda é possível encontrar algumas casas do início da povoação do bairro Mar Grosso, ou seus resquícios. Um exemplo, é o caso da edificação que pertenceu a família Mussi, que se encontra em estado de ruína, objeto de estudo deste artigo (Figura 1)³.

Figura 1: Fundos da Ruína Mussi e a edícula.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

³ Esse artigo foi desenvolvido a partir de pesquisa e levantamento realizados no trabalho de conclusão de curso do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC no ano 2013, sob orientação da professora Msc. Danielle da Rocha Benício, com o título: Intervenções em Preexistências: A consolidação da Ruína Mussi e a Implantação da escola de Artes Plásticas em Laguna, SC.

Intervenções em Preexistências

“Ribaltare i punti di vista per riuscire a trasmettere a molti le conoscenze di pochi e per portare i pochi a comprendere le difficoltà dei molti”⁴.

O interesse em conservar e/ou em modernizar edifícios já existentes é antigo. Como exemplo, o Pantheon em Roma, construído a cerca de 25 a.C., que ainda hoje encontra-se conservado. A obra, vitimada por um incêndio no ano 117 foi restaurada e ampliada por Adriano e foram, segundo Dourado (1995), essas e outras ações de conservação que garantiram a sua integridade e resistência. Porém, Azevedo (2003) recorda que o restauro só teve seu interesse acadêmico revelado na primeira parte do século XIX, com a teoria de Viollet le Duc tida como a primeira do restauro e que, até então, era praticado casualmente sem uma fundamentação teórica.

No século XVIII, as várias revoluções mudaram o modo de percepção do homem perante o antigo⁵. Alteram-se, assim, de forma radical a arquitetura e a cidade, para que estas se adaptassem ao rápido crescimento populacional. Demolições, higienizações, repulsa a tudo aquilo que remetesse ao antigo constituíam ações e causas que moveram essas mudanças. E desse contexto histórico surge a relação atual do homem com a memória.

Infelizmente, nos últimos anos, algumas intervenções sobre o patrimônio são realizadas tomando o objeto a ser conservado como “obra aberta”, ou seja, sem trata-lo como unidade ou complexo artístico de um passado que permanece no presente. Isso acarreta a perda de características essenciais de interesse para o estudo e conservação de determinada obra ou conjunto arquitetônico, descaracterizando-o. Logo, a intervenção sobre as preexistências não é de total liberdade à intervenção do sujeito projetista. Porém, não se deve excluir da intervenção crítica os aspectos criativos, de forma a relacionar o preexistente ao novo. Assim, tem-se clara a

⁴“Rebater os pontos de vista para conseguir transmitir a muitos o conhecimento de poucos e para dar aos poucos a compreensão das dificuldades de muitos.” (BALZANI, 2011, p. 12. Tradução da autora).

⁵ Entre as revoluções do século XVIII, destacam-se: o Iluminismo, a dita Revolução Intelectual que libertou o conhecimento humano da religiosidade; a Revolução Francesa, e a negação a memória do antigo regime; a Revolução Industrial, que inseriu novos materiais e tecnologias na vida quotidiana. ³ Cabe salientar: “Modernizar não significa então inovar, recriar, mas adaptar às exigências práticas do momento” (DOURADO, 1995, p. 141).

importância da conservação arquitetônica seja do edifício, seja do seu conjunto. A conservação deve buscar a autenticidade documental do monumento, a diferenciação dos acréscimos produzidos em diferentes tempos, a diferenciação dos materiais e das técnicas usadas. O novo deve prezar por uma qualidade formal, sem omitir o preexistente, relacionando-os. Entre outros aspectos, a intervenção sobre as preexistências não se justifica por si mesma, devendo remeter como demanda da própria obra e estar ancorada a uma teoria.

Visto que o passado não passou, que ele ainda se constitui para o ser humano numa força tão poderosa quanto o futuro, que o arquiteto restaurador abandone a falsa segurança do recolhimento num passado anacronicamente estático e que o arquiteto dito criador saiba dialogar com a preexistência, [...]. (DOURADO, 1997, p. 145)

Na América Latina, atualmente, destacam-se três frentes no modo de adaptar o antigo à atualidade, que resultam em diferentes relações do preexistente com o mundo de hoje. São elas: a museificação, a auto-sustentabilidade e a modernização dos monumentos (Quadro 1).

Quadro 1: Tendências atuais da prática da restauração na América Latina.

Museificante	Modernizante	Auto-Sustentável
Por meio de novas técnicas, busca congelar o edifício como objeto de arte do passado, integrado à função primitiva.	O aproveitamento do antigo busca valorizar o novo, característico das cidades contemporâneas, também conhecido como fachadismo.	Busca integrar o monumento a vida contemporânea de modo flexível, que o torne viável, atribuindo nova função e/ou uso.
O passado que “permanece” no passado.	Preexistente como suporte para o novo.	O passado que participa efetivamente do presente.
Mantém sua composição.	Propõe novas composições, porém respeitando o valor documental do preexistente.	Cria-se uma nova composição, onde o antigo assume apenas função de fundo estético.

Fonte: AZEVEDO, 2003, p. 22. Elaborado pela a Autora.

No Brasil o decreto de lei n. 25, promulgado em 30 de Novembro de 1937, organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. Além desse decreto, a Carta de Restauração de 1972 e a tradução das ideias de Cesare Brandi (BRANDI, 1963) apontaram para a preservação do patrimônio, considerando a distinguibilidade e reversibilidade em projetos que

visam recuperar obras de diferentes tempos históricos. Tal legislação e fundamentos teóricos desafiam os arquitetos a buscarem soluções e materiais que não só se difiram daquele usado na obra original como respeitem o já existente e sejam compatíveis com o uso conferido à edificação.

Para o arquiteto e professor italiano Marcello Balzani (2011), o uso de materiais contemporâneos em obras de interesse histórico não só valoriza como atrai a atenção e causa o debate em relação à preservação destas edificações. Lamentavelmente, para alguns a presença do antigo incomoda e é visto como empecilho para o desenvolvimento da cidade. Porém, a intervenção contemporânea pode vir a atrair e despertar o interesse pelo antigo, seja pelo uso ou pela estética, daqueles que antes não apoiavam a preservação do patrimônio.

Assim, compreende-se que intervir em preexistências não só é um ato realizado desde os tempos remotos, mas, também, é uma ação fundamental para que o antigo perdure e permita a construção da história das civilizações, como marco destas, como registro de suas existências e feitorias, como herança cultural, como conhecimento e reconhecimento. Preservar obras humanas de outros tempos assegura, responde, mostra de onde veio o homem, quem é e porque é.

Intervir em Ruínas

Brandi (2004) entende a ruína como tudo aquilo que testemunha a obra humana, com aspecto diverso, quase irreconhecível. E defende que esta deve ser pensada não só pela sua historicidade, mas também considerada para conservação, já que nesse estado é que deve ser entregue a posterioridade. Esta compreensão traz implícita a exigência e o reconhecimento da importância da sua consolidação e preservação.

Logo, a reconstituição; o restauro; a cópia e a restituição, que consistem na ação de retornar a edificação na sua unidade inicial, quando recém construída, negando a passagem do tempo na obra, não podem ser parte da intervenção sobre as ruínas. Tido que é impossível o restabelecimento da sua unidade artística, a ruína deve ser consolidada de modo a garantir que ela não se perca definitivamente, deve ser tratada como relíquia importante ao presente.

Levantamento e Diagnóstico da Ruína Mussi

Breve Histórico da Ruína Mussi

A casa Mussi foi idealizada pelo seu primeiro morador, o Engenheiro Cândido Gaffreè, segundo entrevista com Antônio Carlos Marega em fevereiro de 2013. Provavelmente foi construída em meados dos anos 1930. Há documentos que apontam que o Engenheiro e a sua família foram os últimos moradores do Palacete Polidoro Santiago, que tinha a função de casa oficial do engenheiro responsável pelo porto de Laguna, até da tomada da edificação pelos militares em 1934. Cândido Gaffreè veio substituir o Engenheiro Polidoro Santiago no porto após a sua morte em 1916, que também morou no palacete por muitos anos.

Figura 2: Antiga Casa Mussi, 1940.



Fonte: TESSA, 2013.

Na década de 1950, a edificação passou a pertencer à família Mussi, adquirida pelo Sr. João Mussi e a esposa Sra. Joana Mussi. Com o falecimento destes, a casa passou a pertencer às sobrinhas do casal, já que eles não tiveram filhos segundo entrevista com a Sra. Marta Bonazza, vizinha da Ruína Mussi, em março de 2013, (Figura 2).

É possível notar que a casa se localizava muito próxima da praia e que nessas últimas décadas a linha do mar recuou, dando lugar a novas edificações no bairro Mar Grosso, “isolando” mais a Ruína Mussi no Morro.

Segundo relato de moradores próximos à Ruína Mussi, a casa encontra-se fechada desde o final dos anos 1980 e em meados de 1990 ocorreu o primeiro incêndio. Os vizinhos viram jovens de famílias locais entrarem na casa; os mesmos, supostamente, atearam fogo no colchão de um dos quartos. O segundo incêndio ocorreu em 2005, não se sabe como. Os dois incêndios comprometeram as tesouras que sustentavam o telhado, bem como o assoalho de madeira e sua base. Assim, a casa encontra-se há anos a mercê do tempo, sol, chuva, vento e vandalismo. Os registros existentes são fotos antigas, os próprios restos materiais da construção, os materiais que a compõem e a matrícula do Registro de imóveis de Laguna, onde esta está dada como “demolida”.

Inserção Urbana

O terreno onde se situa a Ruína Mussi está localizado no bairro Mar Grosso, no pé do morro da Nalha, na rua Doutor Aurélio Rotolo e possui área de 3.582,90 m². Apresenta testadas de 53,26 m e 52 m e profundidade de 70,00 m, a cerca de 400,00 m do mar. No seu entorno destaca-se o Hotel Marina Sul e o morro da Glória (Figura 3).

Apesar do atual plano diretor permitir construções de até 8 andares, edifícios com 15 andares foram construídos no bairro Mar Grosso através do instrumento previsto no Estatuto da Cidade, art. 35, qual seja, a transferência do direito de construir, que confere ao proprietário de determinado lote a possibilidade de exercer o seu potencial construtivo em outro lote, ou vendê-lo. Essa ferramenta do Estatuto é utilizada em áreas em que o poder público tem o interesse de manter uma baixa densidade, como é o caso de imóveis considerados de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural, bem como as edificações em seu entorno imediato. Assim, desenvolveu-se um comércio desse recurso legal entre os proprietários das edificações tombadas do Centro Histórico de Laguna e as empresas da construção civil, que notaram o crescimento do interesse turístico no bairro Mar Grosso.

Ademais, mesmo estando elevada em relação à via, a Ruína Mussi, por possuir apenas um andar, remete ao tempo em que o bairro servia à cidade apenas como ponto de veraneio e não como bairro habitacional, como atualmente.

Figura 3: Panorâmica da Ruína Mussi.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2013.

Topografia

O terreno onde se situa a Ruína Mussi é bastante acidentado, em situação de aclive desde a via pública (Figura 4). Ele se inicia na cota 8,00 m e termina na cota 24,06 m. Logo, o terreno tem uma variação de 16,06 m de altura. A Ruína Mussi está locada a cerca de 19,00 m acima do mar, desde a Rua Aurélio Rótol, na cota 10,00 m. A fachada frontal encontra-se paralela à referida rua.

A partir do levantamento da vegetação existente no terreno, pode-se constatar a existência de espécies simbólicas para a cidade como o Butiá, que é comumente usado nos pratos e bebidas locais.

Figura 4: Localização da Ruína Mussi em relação ao bairro Mar Grosso.



Fonte: Google Earth, 2013. Adaptado pela Autora.

Levantamento da Ruína Mussi

O único registro que comprova a existência legal da edificação encontra-se no registro de imóveis da cidade, onde a mesma é tida como demolida, tem-se registrado apenas as cotas do terreno. O levantamento arquitetônico da ruína Mussi era inexistente. Assim, foram feitos o levantamento arquitetônico e mapa de danos da edificação. Oito meses de visitas à ruína foram necessários para tomada das medidas, levantamento fotográfico, pesquisa histórica, avaliação dos danos e configuração do mapa de danos. O levantamento arquitetônico foi realizado ao longo deste tempo pela autora com o auxílio de colegas voluntários.

Análise Estética e Tipológica

A Ruína Mussi apresenta linguagem estilística neocolonial, que chegou ao Brasil nas primeiras décadas do século XX, coincidindo com os ideais nacionalistas como a Semana de Arte Moderna de 1922 e as comemorações dos movimentos de independência na América Latina – por isso da busca pela manifestação artística do tradicional, que remete ao Brasil colônia e às novas bases para modernizar a arquitetura nacional. Assim, a arquitetura neocolonial se caracteriza pelos ornamentos que denotam o saber fazer.

Graças aos porões mais ou menos elevados, cuja presença era muitas vezes denunciada pela presença de óculo ou seteiras [...]. Nesse caso para solucionar o problema do desnível entre o piso da habitação e o plano do passeio surgia uma pequena escada, em seguida uma porta de entrada. Por volta dos últimos anos do século XIX e no início do XX, [...], a primeira etapa da liberação da arquitetura em relação aos limites dos lotes. Fundiam-se desse modo, duas tradições: As das Chácaras e as dos Sobrados. (REIS FILHO, 2006, p. 40, 51-5).

O estilo neocolonial pode ser facilmente identificado na ruína pelos elementos decorativos como: o óculo, abertura na parte superior do frontão, com a função de ventilação; os azulejos na fachada principal da casa; a falsa cantaria, desenhos em cimento que remetem a um muro rústico de pedra e as seteiras, também com a função de ventilação, porém na parte inferior

da casa. Já as chácaras são remetidas pelo afastamento da edificação da rua, a presença de um jardim e a fachada voltada para a rua ser a mais ornamentada.

Análise Construtiva

As paredes estruturais são de tijolos maciços (Figura 5), recobertos com massa à base de cimento e cal. A falsa cantaria (figura 6) está presente em todas as fachadas, e serve como base, demarcando o fim do porão, que varia de 1,10 metros a mais de 4,00 metros, para baixo. O porão apresenta provavelmente apenas a função de ventilação, visto que não existe acesso e as aberturas são pequenas (0,60 x 0,74 m), dimensões insuficientes para a passagem de uma pessoa. Ainda de tijolos maciços, mesmo material das paredes, há dois fogões na cozinha e uma lareira na sala (figura 7).

Os pilares externos recebem pedra em sua base e no meio ladrilho cerâmico que imita tijolo, este com medida padrão (0,08 x 0,15 m) (figura 8). Quanto ao telhado, não restam vestígios no local. A cobertura da edícula é composta de telhas do tipo capa-canal distribuídas em duas águas. Algumas peças de ladrilhos hidráulicos foram encontradas no piso da cozinha. Já as paredes eram revestidas até a metade de sua altura, cerca de 1,50 m com ladrilho cerâmico azul, assim como no banheiro e todas as dependências da edícula – estas com peças brancas.

As aberturas para portas e janelas variam em apenas três medidas diferentes, demonstrando sua padronização. A única esquadria ainda existente pode ser vista na fachada leste. De madeira, pintada de branco, encontra-se em péssimo estado de conservação (Figura 9). As outras esquadrias não resistiram ao primeiro e ao segundo incêndios.

Como não existem edificações vizinhas próximas, a Ruína Mussi recebe incidência solar na maior parte do dia. Porém, com a vegetação alta, os raios solares são barrados, contribuindo para o surgimento de manchas de umidade nas paredes.

Figura 5: Parede de Tijolo Maciço.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora,2013.

Figura 6: Detalhe da falsa cantaria.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora,2013.

Figura 7: Fogão.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2013.

Figura 8: Pilar externo.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2013.

Figura 9: Única esquadria existente



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2013.

Análise de Danos

Para uma melhor compreensão e análise dos danos na Ruína Mussi após o levantamento arquitetônico, a realização do Mapa de Danos (Figura 10) foi fundamental para pontuar e elaborar um quadro de terapias, que sugere ações para a consolidação da ruína. Dado o longo período sem manutenção, os dois incêndios e a falta de cobertura, danos causados pelo tempo e pelo homem podem ser notados na edificação, como o desenvolvimento de manchas pela umidade descendente, descolamento do reboco, desenvolvimento de vegetação na parte interna da edificação, salinidade, manchas causadas pelo fogo, pichações.

Figura 10: Mapa de Danos e Quadro de terapias.



Fonte: Elaborado pela a Autora, 2013.

Considerações Finais

A partir do estudo e levantamento da Ruína Mussi, constatou-se a sua importância, pela sua linguagem arquitetônica e história relacionada a cidade de Laguna. Foi visto que esta corre risco de degradação, de se perder, pelo seu atual estado de conservação e pelo crescimento do bairro Mar Grosso, onde esta está locada. Assim, as ações de consolidação da edificação devem ser imediatadas, de forma a permitir que a edificação mantenha-se preservada no tempo hodierno.

As ações de consolidação, devem ser iniciada pela limpeza do terreno, com a remoção do lixo e da alta vegetação que se desenvolveu dentro e fora da edificação, depois as ações devem se voltar para os danos encontrados na edificação. Como o tratamento das rachaduras, remoção mecânica das pichações, dos xilófagos e vegetações. Por fim a elaboração e execução de um projeto de fácil reversibilidade e diferenciação dos novos elementos.

É importante a construção de uma cobertura e vedações que se diferenciem das originais; sugerimos o uso de vidro e elementos metálicos, por serem de fácil manutenção e diferenciação dos materiais originais da edificação, como o tijolo maciço, a madeira e a pedra. Uma intervenção que integre o Ruína Mussi a vida atual do bairro Mar Grosso, permitindo que ela participe da paisagem atual do bairro, com uma nova composição que possibilite o seu uso; características de uma intervenção Auto-Sustentável, como explicamos no Quadro 1 deste trabalho.

Porém, a consolidação vai além da ação técnica, sabe-se da importância do reconhecimento e apropriação dos usuários na preservação de qualquer memória. Assim, o planejamento de um uso, especialmente público, seria ideal para que a edificação, sua história e sua técnica arquitetônica sejam mantidas no decorrer do tempo.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Paulo Ormino de. A Restauração Arquitetônica entre o Passado e o Futuro. In: **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 6, n. 1. Salvador, 2003.

BALZANI, Marcello. **Restauro, Recupero, Riqualficazione**. Il Progetto Contemporaneo nel Contesto Storico. Milano: Skira, 2011.

BONAZZA, Sra. Marta. **Entrevista** concedida a Maria Luiza Nunes Carità. Laguna 12 de abr. de 2013. Entrevista.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição.

CAMPOS, Gizely. **Patrimônio Edificado de Laguna**: Conhecer, Interpretar e Preservar. 2007. 117 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão.

CARTA DE VENEZA. **II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos**. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em 20 de mar. de 2013.

DOURADO, Odete. Conservação ou Invenção? Notas sobre uma relação ambígua. In: **(Re) Discutindo o Modernismo**. Anais do DOCOMOMO Brasil. Salvador: UFBA, 1995.

LUCENA, Liliane. **Laguna**: de Ontem a Hoje. Espaços Públicos e Vida Urbana. 155 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, (1998).

MAREGA, Antônio Carlos. **Entrevista** concedida a Maria Luiza Nunes Carità. Laguna 2 de mar. de 2013. Entrevista.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Plano Diretor de Laguna**. 1978.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.